

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Larissa Lemos Dias

**As políticas públicas para a primeira infância: uma análise sob o olhar de  
classe, raça e sexo**

Varginha - MG

2020

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL - MG  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Larissa Lemos Dias

**As políticas públicas para a primeira infância: uma análise sob o olhar de classe, raça e sexo**

Trabalho de conclusão de Piepex apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientadora: Fernanda Mitsue Onuma

Varginha - MG

2020

Larissa Lemos Dias

**As políticas públicas para a primeira infância: uma análise sob o olhar de classe, raça e sexo**

A banca examinadora abaixo-assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Piepex como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas, campus Varginha. Área de concentração: Economia.

Aprovado em:

Prof a. Aline Lourenço de Oliveira

Instituição: Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha – MG.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof a. Fernanda Mitsue Soares Onuma (Orientadora)

Instituição: Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha – MG.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof a. Santiane Arias Ribeiro

Instituição: Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha – MG.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Dedico aos meus pais, minha irmã,  
minha sobrinha, minha  
companheira Ana Paula e a todas  
mulheres negras, em especial  
Mirtes Renata de Souza.

## **Agradecimentos**

A minha mãe Clarisse, mulher negra que com o trabalho doméstico me ofereceu a oportunidade e privilégio de me dedicar integralmente aos meus estudos. Amo-te muito!

Ao meu pai Daniel, irmã Danielle e sobrinha Lavínia, que me trouxeram ânimo e alegria durante todo esse processo.

À minha companheira Ana Paula por toda atenção, paciência e suporte durante toda a minha graduação, obrigada pelo amor e pelo cuidado.

À Universidade Federal de Alfenas, campus Varginha, pela possibilidade de conclusão de uma etapa essencial.

À Prof<sup>a</sup> Dra. Fernanda Mitsue Onuma pela orientação, conhecimentos transmitidos, aprendizado, compreensão e oportunidade de concretização deste trabalho.

Aos funcionários da Universidade Federal de Alfenas por toda ajuda, amizade, conversas e simpatia diária.

Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.

Angela Davis

## Sumário

1. Introdução.....	9
2. As políticas públicas para primeira infância.....	12
3. As políticas para primeira infância alcançadas pelos movimentos feministas liberais, tem sido plurais?.....	14
4. Por que enegrecer o feminismo?.....	18
5. Metodologia.....	24
6. O impacto ideológico e as implicações sociais da creche na vida de mães negras dependentes do Estado.....	25
7. Considerações Finais.....	30
8. Referências bibliográficas.....	31

## **RESUMO**

Nas últimas décadas o Brasil trás uma reestruturação nas políticas públicas de primeira infância, marcado por uma série de movimentos feministas, em busca de igualdade de gênero, políticas de trabalho e autonomia econômica. Muitas foram as transformações através da luta do movimento feminista liberal, como a ascensão da mulher no mercado de trabalho. Embora essas conquistas beneficiem alguns grupos de mulheres, como são as mulheres brancas e da elite, há a necessidade de ressaltar que a reprodução de padrões maternalistas do trabalho doméstico e do cuidado continuam acentuados dentro dessas políticas. Assim, o presente trabalho busca fazer um estudo a partir da teoria da reprodução social, sobre em que medida a reformulação das políticas públicas de primeira infância coopera para transformação ou reprodução das relações sociais principalmente das mulheres negras e pobres, uma vez que a formulação dessas políticas e direitos, não incorporam o repertório da luta de todas as mulheres, mostrando ser mais uma estratégia do capitalismo para manter as mulheres negras e pobres como principal fonte de mão-de-obra barata. E através dessa constatação investigar o impacto ideológico e as implicações sociais dessas políticas na vida de mães negras dependentes do Estado que reproduzem o trabalho doméstico.

**Palavras-chave:** Trabalho doméstico. Feminismo. Mulher Negra.



## **1. Introdução**

O presente trabalho busca compreender as opressões e explorações que cercam a mulher negra e pobre a partir da teoria da reprodução social, como são as políticas de primeira infância. Buscou-se compreender a creche como instrumento de reprodução social do Estado, uma vez que a formulação dessas políticas e direitos, não incorporam o repertório da luta de todas as mulheres, mostrando ser mais uma estratégia do capitalismo para manter as mulheres negras e pobres como principal fonte de mão-de-obra barata. E assim, estudar as implicações que a dependência do Estado traz a algumas mulheres, a partir do caso da empregada doméstica Mirtes Renata que teve grande repercussão na mídia nacional durante o período de pandemia. Nessa perspectiva, será estudada a luta dos movimentos feministas liberais e em que medida essas trazem a transformação ou a reprodução das relações sociais de gênero, classe e raça e o lugar que as diferentes mulheres ocupam, tornando necessário uma discussão que traga gênero com recorte de classe e raça.

A tomada de consciência por parte das mulheres gerou uma série de movimentos feministas. A primeira onda feminista se deu no século XIX, onde as reivindicações eram principalmente voltadas para o direito ao voto. Em 1922 a criação da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino deu início a luta pelo sufrágio feminino e o direito ao trabalho. Já em 1970, com a democracia em crise, surge uma segunda onda de movimentos formada majoritariamente por professoras universitárias que lutavam contra a ditadura militar. Como o movimento de luta das mulheres era pautado na mulher universal ocidental, as reivindicações e lutas de movimentos de mulheres negras e pobres não obtinha visibilidade. Durante a década de 70, militantes negras norte-americanas já denunciavam essa universalização da categoria mulher e a invisibilidade da mulher negra dentro desses movimentos. No Brasil, somente na década de 80, pós ditadura militar é que os movimentos feministas negros são incorporados no cenário político brasileiro. A terceira onda se datou em 1990 com crítica ao modelo universal de mulher, como discurso excludente, uma vez que diferentes mulheres são oprimidas de diferentes formas (RIBEIRO, 2018). Tendo em vista o contexto dos movimentos feministas, a formulação dessas políticas e direitos, não incorpora o repertório da luta de todas mulheres.

A bibliografia é limitada e pautada nas “ondas feministas européias”, como é visto acima, assim torna-se necessário uma análise mais ampla, e Duarte (2003) traz quatro ápice dos movimentos feministas brasileiro, que seriam esses por volta de 1830, 1870, 1920 e 1970. A primeira onda, segundo a autora se data no início do século XIX, onde o direito a ler e escrever era reservado somente ao homem e nesse contexto surge a primeira bandeira, a busca pelo direito de aprender a ler e escrever. Em 1827 se dá a primeira legislação que autorizava as escolas públicas femininas e foram essas mulheres com oportunidade de uma educação diferenciada que se tornaram responsáveis por passar o aprendizado a outras mulheres. Nesse contexto o nome que se destaca é o de Nísia Floresta Brasileira Augusta, primeira mulher a publicar textos em jornais da grande imprensa. Seu primeiro livro “Direitos das mulheres e injustiças dos homens” de 1832 é considerado fundante do feminismo brasileiro, uma vez que foi o primeiro a tratar dos direitos das mulheres.

A segunda onda, se dá por volta de 1870 justamente com o crescimento do número de jornais e revistas feministas. Uma primeira mulher a se destacar nessa onda, é Francisca

Senhorinha da Mota Diniz com “O sexo feminino”, que teve a edição de oitocentos exemplares e assinantes. Anos depois, sua filha Elisa Diniz Machado Coelho, também jornalista e autora, fundou o Colégio Santa Isabel, para moças. Além de Francisca, outras mulheres foram importantes nessa construção, como Amélia Carolina da Silva Couto com o “Echo das damas” que defendia a igualdade e o direito da mulher a educação; Josefina Álvares de Azevedo que traz o questionamento da ideologia acima do gênero feminino através do jornal “A família”, além de encenar a peça que depois virou livro “o voto feminino”. Assim, movidas por uma mesma força e idealismo, essas entre outras mulheres foram as responsáveis por configurar através do jornal, um eficaz aparato de expressão e conscientização feminina (DUARTE, 2003).

Ainda segundo a autora, a terceira onda teve início no século XX, onde grupos de mulheres se organizaram pelo direito ao voto, ensino superior e ampliação do mercado de trabalho. Essas movimentações tiveram algumas mulheres em destaque, entre elas Bertha Lutz, formada em Biologia, liderava a campanha do voto feminino e publicou textos na “Revista da Semana” onde denunciava as opressões sofridas pelas mulheres e buscava a formação de uma associação, que logo se concretizou com a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Outro nome, é Maria Lacerda de Moura que pautava sua luta na libertação total da mulher com o trabalho “Em torno da educação” de 1918; Outra foi Ercília Nogueira Cobra que trouxe a discussão sobre a exploração sexual e trabalhista sofrida pela mulher através de seu livro “Virgindade inútil - novela de uma revoltada”. Essas foram algumas das mulheres que lutaram para que em 1927, o Governador do Rio Grande do Sul, Juvenal Lamartine, aprovasse em seu Estado uma lei que dava à mulher o direito ao voto. Mas é somente em 1932 que o então Presidente Getúlio Vargas incluiu no novo Código Eleitoral, o direito da mulher ao voto.

A quarta onda se dá na década de 70, onde as organizações feministas começam a ganhar força e suas reivindicações ganham maior visibilidade, e é nesse contexto que no dia 8 de março é declarado o Dia Internacional da Mulher. Dessa forma, enquanto movimentos feministas fora do Brasil eram pautados em uma luta por reivindicações de direitos políticos, no Brasil devido a conjuntura histórica essas reivindicações eram mais sociais, voltadas para

luta contra a ditadura, anistia, racismo, redemocratização e melhores condições de vida (DUARTE, 2003).

Assim, em que medida a formulação de políticas públicas, como é a para primeira infância significou uma resposta para além dos problemas pautados pelos movimentos feministas liberais europeus? A emancipação econômica, e as pautas das mulheres negras e pobres foram incorporadas aos pressupostos ideológicos dessa política?

São essas questões que conduzem este trabalho, cujo objetivo é trazer a partir de abordagens epistemológicas, considerada por (ARRUZZA, 2010) mais capazes de reconhecer as especificidades das relações sociais, a consubstancialidade dessas relações, onde a noção de consubstancialidade (KERGOAT, 2010, p.99) “de acordo com uma configuração dada de relações sociais, o gênero (ou a classe, a raça) será ou não será unificador. Mas ele não é em si fonte de antagonismo ou solidariedade”.

## **2. As políticas para primeira infância**

Com a Consolidação das Leis do Trabalho, na década de 40, estabeleceu-se que (Art. 1º da Portaria DNSHT nº 1 de 15 de janeiro de 1989) “quando não houver creches, os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos trinta mulheres, com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado, para seus filhos no período de amamentação” (BRASIL, 1943). Entretanto, a legislação não foi respeitada por parte do empresariado e era desconhecida pelos trabalhadores (PELICIONI, 1997).

Através de reivindicações históricas de movimentos sociais, no fim da década de 60 e início da década 70 houve uma expansão das creches e de seu significado. As creches surgiram a partir de movimentos feministas como uma política de trabalho, para proteção e cuidado de filhos de mulheres em situação de pobreza que estão em um processo cada vez maior de inserção no mercado de trabalho. Em 1979, é criado em São Paulo o Movimento de Luta por creches, como resolução do Primeiro Congresso da Mulher Paulista, que tem como proposta inicial, a reivindicação por creches. Mais tarde, além da reivindicação unitária por creches, o Movimento desenvolve a estratégia de mobilização das mulheres. Viam nas lutas por creches uma luta em torno das discriminações de gênero trazendo a crítica do papel tradicional da mulher (ROSEMBERG, 1984).

A ausência da inserção das mulheres no mercado de trabalho é um reflexo da falta de corresponsabilização de políticas públicas de cuidado, que acarreta na responsabilização familiar, o que impacta diretamente no espaço dessas mulheres no mundo do trabalho. A democratização efetiva do cuidado e expansão de políticas públicas como são as creches, vem mudando a realidade, a começar pela inserção, igualdade e participação dessas mulheres no mercado de trabalho (MARCONDES, 2013).

Somente na Constituição de 1988 as creches foram previstas como um direito das crianças. O Artigo 208, inciso IV, estabelece que “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”. E também como direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, artigo 7º, inciso XXV “assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas” (BRASIL,1988).

Mais recentemente ocorreu a institucionalização da Política Nacional para as Mulheres no Governo Federal, com a criação no governo Lula em 2003, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM/PR (MARCONDES; CRUZ; RODRIGUES, 2015). A edição de Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPMs) incorpora as ações relacionadas à ampliação das vagas em creches e pré-escolas com a missão de promover autonomia econômica e igualdade da mulher no mundo do trabalho (BRASIL, 2008).

Em 2015, durante o segundo mandato do Governo Dilma a SPM teve a extinção de seu ministério, passando a fazer parte do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Em 2016 houve o golpe parlamentar e Michel Temer ocupa o cargo de Presidente da República, nesse contexto de descontinuidade e retrocesso, a SPM perde seu protagonismo e autonomia passando a fazer parte do Ministério de Justiça e Cidadania e ainda no governo Temer, foi transferida para o Ministério de direitos humanos (PARNAIBA, 2018). Sob o reflexo do conservadorismo que tem se dado na sociedade e parlamento brasileiro, essas políticas perdem força no Brasil, sobretudo com o governo de Temer e Bolsonaro.

Nesse cenário, segundo o site G1 (2020) em 2019 o repasse e investimento em creches e pré escolas é o menor desde 2009, queda de 33% se comparado com 2018, os dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ainda aponta 1.085 obras de

creches e pré escolas paradas, o que se acentua ainda mais em tempos de pandemia, visto que as creches no sistema capitalista, sob a visão da reprodução social são importantes estratégias de manutenção do trabalho reprodutivo.

### **3. As políticas para primeira infância alcançadas pelos movimentos feministas liberais, tem sido plurais?**

Os afazeres domésticos são uma atividade reprodutiva fundamental. “Nos termos de Marx, o trabalho doméstico não objetiva a criação de mercadorias, mas a criação de bens úteis indispensáveis para a sobrevivência da família” (NOGUEIRA, 2010, p. 61). Assim, o capital impõe continuamente a diminuição dos gastos com a reprodução do trabalho, o que acaba conduzindo a uma desvalorização na força de trabalho feminina, uma vez que essas já se encontram desprezadas pelas relações de poder existentes entre os sexos (NOGUEIRA, 2010).

Ainda segundo a autora:

Nesse processo, a mulher se transforma em uma espécie de “exército de reserva” de força de trabalho sub-remunerada, permitindo que o modo de produção capitalista tenha “argumentos” suficientes para continuar, em grande medida, seu processo de precarização do proletariado em geral, e da mulher trabalhadora em particular. É por essa razão que falar em divisão sexual do trabalho é muito mais que constatar as especificidades de gênero (NOGUEIRA, 2010, p. 61).

A esfera da reprodução do trabalho está ligada às mulheres através das tarefas domésticas, do cuidado das crianças e dos cuidados às pessoas dependentes, isto é, aos idosos, deficientes e doentes. Assim, surge na França a teoria do *care*, cujo o conceito remete à questão de gênero e trabalho, entretanto não se restringe somente a esfera do trabalho profissional, mas também no ambiente familiar e doméstico. No Brasil, a palavra *care* é melhor substituída pelo verbo “cuidar” e o exercício dessa ação está profundamente naturalizada como algo próprio à posição e à disposição (*habitus*) femininas. A importância do *care* como profissão passa pelo reconhecimento e valorização do trabalho doméstico e familiar como “trabalho”, se desvinculando da naturalização (GUIMARÃES; HIRATA; SUGITA, 2011).

Nesse sentido, a literatura apresenta uma homogeneidade no que se refere a classes operárias, onde os únicos elementos que diferem seriam o emprego e desemprego, o lugar de

produção e a qualificação, ignorando variáveis como gênero, raça, nacionalidade, etc. Desta forma, estudos feministas vêm reafirmando o conceito de classes sociais através de pesquisas de relações sociais de gênero e raça (HIRATA; KERGOAT, 1994 ).

No início de 1970, a partir de estímulos de movimentos feministas e tomada de consciência, se dá na França uma onda de estudos sobre a divisão sexual do trabalho. Segundo Hirata e Kergoat (2007), os trabalhos de atribuição às mulheres, são trabalhos invisíveis vistos como de ordem natural em nome da natureza feminina, amor, dever materno e cuidado.

Histórica e socialmente, há uma designação dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. Essa forma de trabalho, segundo Hirata e Kergoat (2007, p. 599) tem dois princípios organizadores: “o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)”.

Tornando ainda mais complexa a questão, um estudo mais recente de Hirata (2014) faz uma análise do conceito de “conhecimento situado” ou de “perspectiva parcial” da epistemologia feminista a partir do conceito de interseccionalidade ou de consubstancialidade. A idéia central da epistemologia feminista mostra que manifestações correntes da ciência, na verdade, incorporam a visão de mundo de quem cria essa ciência, no caso: os homens, a classe dominante e os brancos.

É possível ver essa epistemologia nos padrões hierárquicos das relações entre as próprias mulheres, organizadas pelas variáveis classe e raça. Como não se tem consideração a trabalhos domésticos, “as mulheres que possuem condições de classe e renda que lhes permitem delegar a atividade de cuidado (no todo ou em parte) conseguem gozar de tempo disponível para a inserção no mercado de trabalho e para a realização de outras atividades” (MARCONDES; CRUZ; RODRIGUES, 2015, p. 32). Tais atividades são delegadas por essas mulheres através da contratação de serviços de cuidados infantis como são as trabalhadoras doméstica, sendo essas trabalhadoras majoritariamente empobrecidas e negras, dependentes das políticas do Estado, como são as creches, para vender sua força de trabalho.

Assim, Abreu, Jorge e Sorj (1994 apud GUIMARÃES, 2002) assinalam, nessa segmentação, que o acesso feminino no mercado de trabalho tem uma clara direção racial: uma vez que diferencia as mulheres brancas das negras, sendo as primeiras predominantemente incorporadas em postos registrados e protegidos, “bons empregos”, enquanto as segundas permanecem no âmbito do trabalho precário e serviços domésticos, “maus empregos”. Cinzia Arruzza (2010) traz esse debate de forma ainda mais profunda, através da categoria de análise “reprodução social” dentro do que ela chama de “teoria unitária” onde a tese essencial da teoria unitária vai dizer que através de processos históricos a opressão de gênero e a opressão racial não são sistemas autônomos e sim partes que integram a sociedade capitalista, neste contexto, para a autora, reprodução social “designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado” (ARRUZZA, 2010, p. 55) como é o trabalho do cuidar das crianças, idosos, doentes, o trabalho doméstico em si até chegar a questões da sexualidade. Dessa forma o conceito de reprodução social trazido pela autora vai além da simples constatação do trabalho doméstico realizados no lar, incluindo uma série de trabalhos fora das paredes do lar, permitindo uma análise em relação a mercantilização do trabalho do cuidar, como são as políticas de primeira infância, a partir da teoria da reprodução social, essas são estratégias do capitalismo para manter as mulheres negras e pobres como principal fonte de mão-de-obra barata, forçando que mulheres em situação de vulnerabilidade deixem seus filhos nas creches para assim empurra-las a um trabalho desvalorizado e mal remunerado.

Isso se dá, de acordo com Marcondes, Cruz e Rodrigues (2015), pois a ocupação como trabalhadoras domésticas é marcada por uma proporção majoritariamente de mulheres negras. O trabalho do “cuidar” é remetido a essas mulheres através da tradição escravocrata.

Angela Davis (2016) explica essa relação entre capitalismo, sexismo e racismo através do fim do sistema escravista e início do trabalho remunerado, onde segundo uma lógica capitalista de remuneração do trabalho doméstico, os donos de escravos no Sul dos Estados Unidos não teriam custos como (moradia, alimentação, saúde) repassando esses custos as mulheres, dessa forma garantindo, reproduzindo e legitimando a escravidão doméstica. Assim, mulheres brancas passam a transferir seu trabalho a mulheres negras e pobres, que se encarregam do trabalho doméstico de sua própria casa e de outras mulheres, o que as força



negligenciar o cuidado dos próprios filhos, tendo assim, que recorrer à políticas públicas, como são as creches. Collins (2019) vai dizer que esse sistema construído pela sociedade dominante acaba por legitimar as relações de exploração e dominação, tornando-as normais e inevitáveis. Dessa forma, racismo e sexismo são essenciais e dão base de sustentação para o capitalismo interno e são assim os pilares da divisão social em classes.

Podemos observar essa epistemologia feminista no sentimento de rejeição das mulheres negras em relação ao movimento feminista liberal que se pautava, segundo Lemos (1997) apud Moreira (2007), “na banalização por parte do movimento feminista acerca das bandeiras levantadas pelas demandas cotidianas das mulheres negras”. Um exemplo é a própria reivindicação pela creche que, para o movimento, não se tratava de uma pauta feminista, visto a ligação direta entre a mulher e a criança, além do fato de que a grande maioria das mulheres negras e pobres estarem comumente em posição socialmente marginalizada e não contarem com ajuda de babás tal como mulheres brancas e da classe dominante.

Essas políticas não trazem transformação de fato, uma vez que quem ganha emancipação econômica são mulheres brancas e da elite, que não estão nada preocupadas com as mulheres negras e pobres que continuam responsáveis pelo trabalho reprodutivo doméstico e de cuidado, mostrando a confusão entre emancipação e ascensão econômica, uma vez que essas mulheres além de trabalhar fora, ainda são responsáveis pelo cuidado dos filhos, marido e afazeres domésticos. “A mentalidade não mudou, os mecanismos de opressão somente se atualizaram” (RIBEIRO, 2018, p.129).

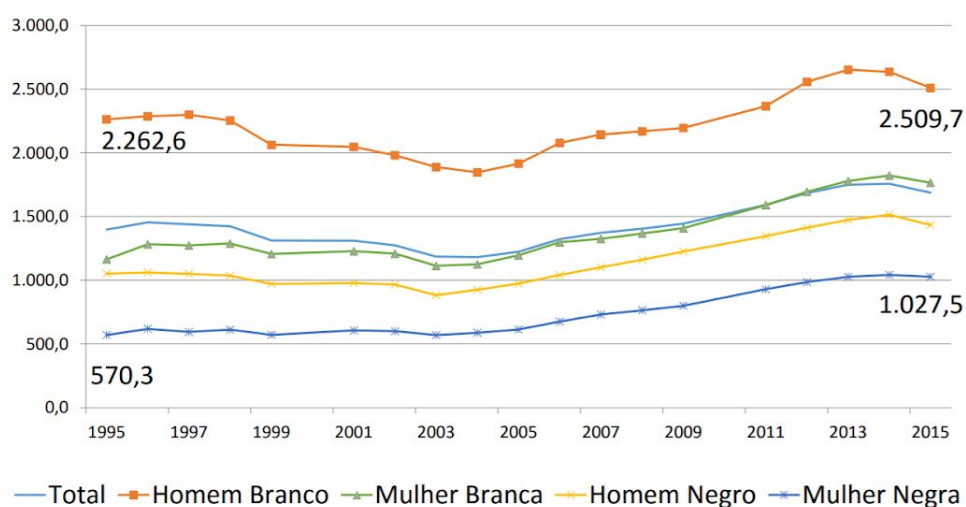
Collins (2019) traz essa contradição de ideologia da condição feminina em seu livro:

Se as mulheres são supostamente passivas e frágeis, por que as mulheres negras são tratadas como “mulas” e designadas para tarefas pesadas de limpeza? Se as boas mães devem ficar em casa com os filhos e as filhas, por que as estadunidenses negras assistidas por políticas sociais são forçadas a trabalhar e a deixá-los em creches? Se a maternidade é a principal vocação das mulheres, por que as mães adolescentes negras são pressionadas a usar contraceptivos como Norplant e Depo Provera? Na ausência de um feminismo negro viável que investigue como as opressões interseccionais de raça, gênero e classe promovem essas contradições, passar pela experiência de ser uma trabalhadora desvalorizada e uma mãe frustrada

poderia facilmente gerar um ângulo de visão voltado para dentro, levando a uma opressão internalizada (COLLINS, 2019, p.12-13).

Pode-se observar essas opressões e contradição ideológica nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), que corroboram no argumento de distanciamento de renda entre gênero e entre raça analisados entre 1995 e 2015 no Brasil, como se pode ver no Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 - Rendimento mensal em reais no principal trabalho da população ocupada com idade maior ou igual a 16 anos, por raça e sexo no Brasil entre 1995 a 2015.



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA/ DISOC/NINSOC \* rendimento do trabalho principal deflacionado com base no INPC, período de referência set./2015

#### 4. Por que enegrecer o feminismo?

Com as primeiras ideias feministas datadas no início do século XX, tem-se no Brasil a criação em 1922 da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino (FBPF) como um marco de um intenso movimento pró-sufrágio feminino, tendo como principal articuladora Berta Lutz, e tinha como principal objetivo:

Promover a educação da mulher; elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-las na escolha de uma profissão; estimular o espírito de sociabilidade e cooperação entre as mulheres e interessá-las

para as questões sociais e de alcance público; assegurar à mulher direitos políticos e preparação para o exercício inteligente desses direitos; estreitar os laços como os demais países americanos (TELES, 1999 apud MOREIRA, 2007).

Ainda que o movimento expressasse a luta das mulheres, era baseado numa igualdade feminina universal, formado quase que exclusivamente por mulheres brancas e da elite. Isso reflete que a luta do movimento estava direcionado à possibilidade de igualdade à homens somente para mulheres brancas e da classe dominante. Logo, as reivindicações de movimentos ligados a mulheres negras e pobres não obtinham grande expressão.

Colaborando com a ideia de exclusão e não visibilidade da mulher negra no cenário dos movimentos feminista, Ribeiro (2016) vai dizer que a concepção de mulher, tem como modelo a mulher ocidental, o que acaba obscurecendo e não levando em conta as múltiplas identidades. A ausência de um olhar racial no movimento feminista tem invisibilizado principalmente as mulheres negras e suas lutas, restringindo assim o caminho de se tornarem sujeito político. Aqui se dá a importância de enegrecer o movimento feminista no debate político atual, como forma de romper com a invisibilidade da realidade da mulher negra.

Pautada na ideia de Lélia González de que o racismo se constitui através da epistemologia eurocristã (branca e patriarcal), Ribeiro (2016) mostra que o feminismo incorpora essa ideia estruturando o discurso das mulheres brancas como dominante. Nessa lógica, se dá a invisibilidade das reivindicações da mulher negra dentro da pauta feminista.

Para delinear a discussão, Lélia González faz a seguinte síntese:

A primeira delas diz respeito às contradições que historicamente marcaram a trajetória das mulheres negras no interior do Movimento Feminista Brasileiro, e a segunda refere-se à crítica fundamental que a ação política das mulheres negras introduziu no feminismo e que vem alterando significativamente suas percepções, comportamentos e instituições sociais. De acordo com González, as concepções do feminismo brasileiro: padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constitui-se em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo (GONZALEZ apud CARNEIRO, 2003, p.120).

Ao politizar as desigualdades de gênero, Carneiro (2003) traz que as mulheres são transformadas pelo feminismo em novos sujeitos políticos. Essa conjunção faz com que esses sujeitos assumam uma luta particular do grupo em que estão inseridos. Ou seja, as demandas de mulheres negras são específicas e não podem ser tratadas exclusivamente pela relação de gênero. Portanto, necessita-se de um processo de afirmação das mulheres no geral, como sujeitos políticos e o reconhecimento da diversidade e múltiplas identidades entre essas mulheres.

Ainda que se entenda a importância desse debate nas desigualdades sociais, o olhar somente sobre gênero, não era suficiente, uma vez que para uma análise das relações desiguais na sociedade capitalista é fundamental que se tenha um olhar de co-formação sobre as relações de classe, gênero e raça, onde a noção de co-formação para (BACCHETTA, 2015, p.27) “não é um meio de conectar relações de poder separadas, mas um convite para conceituar qualquer relação de poder como efeito de multiplicidades”. Contudo, Cinzia Arruzza (2015) avança no debate a partir da consubstancialidade de Kergoat, onde classe, raça e gênero como sistemas de relações de exploração e dominação são elementos da mesma substâncias e assim se interseccionam.

A obra de Hill (2017) traz os movimentos feministas negro norte-americanos que, durante o século XX, deixam de avançar somente no contexto de gênero e passam a incorporar a co-formação em relação à pautas de emancipação da mulher negra norte-americana, uma vez que não existiria liberdade para essas, sem o reconhecimento de classe, raça e gênero. É a partir daí que as ideias do movimento ativista negro começam a tomar forma. Nesse contexto, o Coletivo Combahee River publica o manifesto “A Black Feminist Statement”, documento que argumentava a necessidade de uma perspectiva interseccional, como pode ser visto a seguir:

Uma perspectiva que considerasse somente a raça ou outra com somente o gênero avançariam em análises parciais e incompletas da injustiça social que caracteriza a vida de mulheres negras afro-americanas, e que raça, gênero, classe social e sexualidade, todas elas, moldavam a experiência de mulher negra. O manifesto propunha que os sistemas separados de opressão, como eram tratados, fossem interconectados. Porque racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, coletivamente, moldavam a experiência de mulher negra, a libertação das mulheres negras exigia uma resposta que abarcasse os múltiplos sistemas de opressão (HILL, 2017, p.8).

Em seu livro “pensamento feminista negro”, Patrícia Collins (2019) traz Maria W. Stewart que em 1833 já trazia o pensamento de que as opressões de raça, gênero e classe são as principais causas da pobreza das mulheres negras. Onde opressão para a autora “é um termo que descreve qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade”(COLLINS, 2019, p.33). Sendo raça, classe, sexualidade, nação, etnia as centrais formas de opressões nos Estados Unidos. Apesar da emergência do termo interseccionalidade, somente na década de 90 foi reconhecido e legitimado na academia. Histórias apontam que Kimberlé Crenshaw foi quem evidenciou o termo, definindo o como “uma proposta para levar em conta as múltiplas identidades” (1994 apud HIRATA, 2014, p. 62).

A ideologia racista e sexista nos Estados unidos são tão presentes que transpassam a estrutura social, faz se hegemônica, natural, normal. Assim, mantém a mulher negra em um lugar designado, como justificativa para opressão, um exemplo de tal opressão, são as mães que dependem da política social como são as creches, para poder trabalhar. Dessa forma a mulher negra é refutada de toda condição de pertencimento do grupo dominante, na branquitude, na masculinidade e na combinação de ambas. Nesse contexto, as mulheres negras norte-americanas como grupo oprimido constroem uma teoria social crítica para se opor a opressões interseccionais de raça, classe e gênero. Através da interseccionalidade o feminismo estadunidense protege a emancipação feminina, enquanto o pensamento marxista objetiva uma sociedade mais equitativa e o princípio queer contesta o heterossexismo (COLLINS, 2019).

Já no Brasil, com a ditadura militar instaurada em 1967, os movimentos sociais são afetados. Somente após o fim da ditadura na década de 80 é que a sociedade brasileira assiste ao ressurgimento dos movimentos sociais. O novo cenário político representa uma reabertura da arena pública, onde os sujeitos coletivos passam a ter voz, mobilizações, articulações e contestações identitárias que vão provocar reivindicações de movimentos sociais. É nesse cenário que o feminismo negro se manifesta (MOREIRA, 2007).

Portanto tem-se na década de 80 o amadurecimento e a incorporação dos movimentos feministas negros no cenário político brasileiro. Para Moreira (2007), o movimento das mulheres negras é fruto da intersecção entre o movimento negro e feminista, que tem por

objetivo incluir nos debates políticos as demandas étnico-racial e de gênero. Ainda segundo Moreira (2007), a relação entre as mulheres negras e o movimento feminista se dá no III Encontro Feminista Latino Americano que aconteceu em Bertioga, onde se manifesta a atual organização da mulheres negras, que tem como finalidade buscar a visibilidade política das mulheres negras dentro do campo feminista. A partir daí, surgem os primeiros Encontros e Coletivos de mulheres negras.

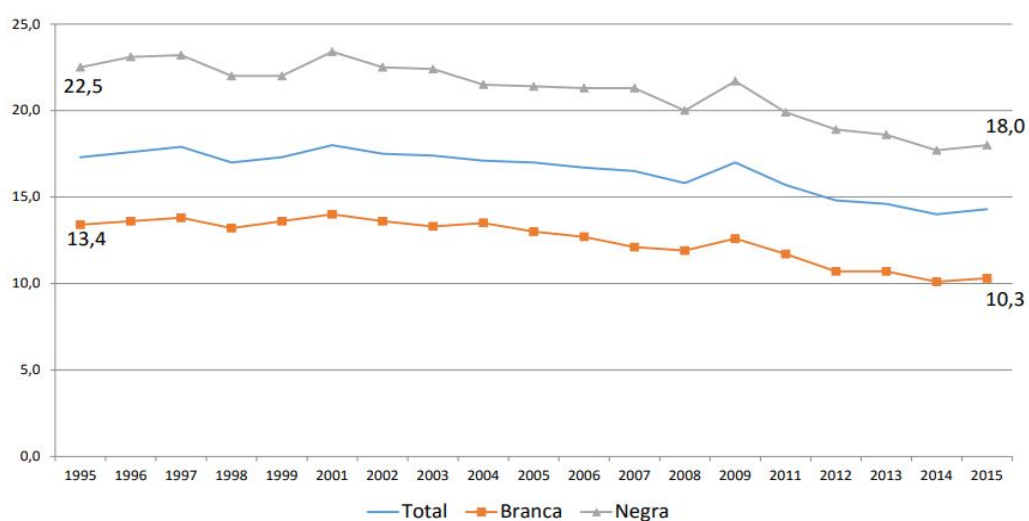
Em 1988 foi realizado na cidade de Valença, Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras que contou com a participação de 450 militantes. Segundo Moreira (2007), os principais objetivos pautados no encontro, foram:

- a) denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro; b) fazer emergir as diversas formas locais de luta e autodeterminação face às formas de discriminação existentes; c) elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento; d) encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política as mulheres presentes no Encontro; e) realizar diagnóstico da mulher negra; f) discutir as formas de organização das mulheres negras; g) elaborar propostas políticas que façam avançar a organização das mulheres negras, colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil de forma unitária e de diferente vertentes políticas.

A partir desse encontro se dá a construção da visibilidade, representação e organização das mulheres negras frente à sociedade. Embora essas conquistas beneficiem todas as mulheres, inclusive as negras, há a necessidade de ressaltar que até os dias de hoje as mulheres negras têm dificuldade de se identificar com as bandeiras levantadas pelos movimentos feministas, como, por exemplo, as conquistas em relação ao trabalho, no que diz respeito à profissionalização e inserção no mercado de trabalho, as mulheres negras continuam a exercer atividades e funções desqualificadas (MOREIRA, 2007).

Em 2015, segundo dados do IPEA (2017) 10,3% das mulheres brancas ocupadas eram trabalhadoras domésticas, enquanto as negras que desempenhavam a mesma função, o percentual era de 18% , como podemos observar no gráfico 2:

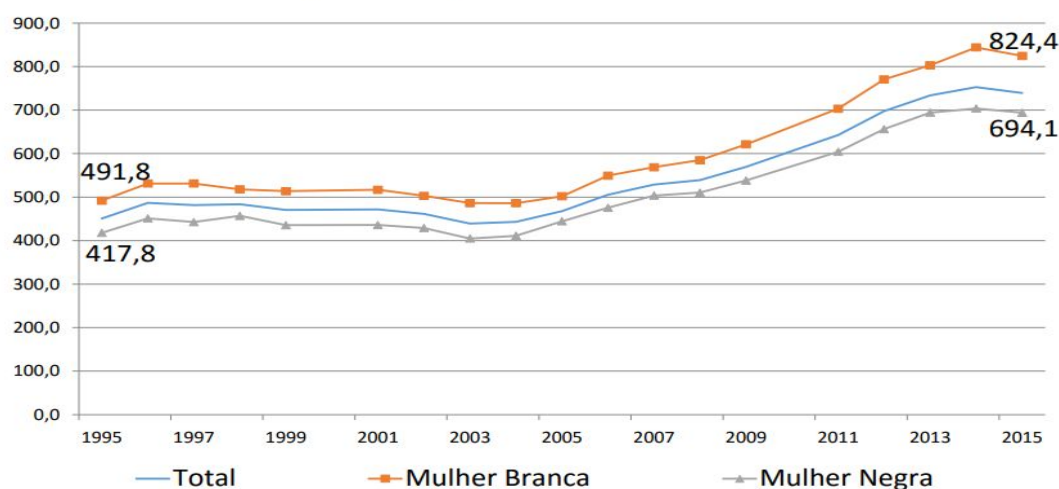
Gráfico 2: Proporção de trabalhadoras domésticas no total de ocupadas, por cor/raça no Brasil de 1995 a 2015.



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA/ DISOC/NINSOC.

Ainda segundo o documento do IPEA (2017), é possível observar no gráfico 3, que no ano de 2015, ainda há desvantagem das trabalhadoras negras em relação às trabalhadoras brancas, o que fortalece a importância da formalização do trabalho doméstico, como embate às desigualdades raciais e de superação da pobreza.

Gráfico 3 - Rendimento médio mensal das trabalhadoras domésticas por cor/raça no Brasil entre 1995 e 2015.



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA/ DISOC/NINSOC.

## 5. Metodologia

A metodologia utilizada foi, além da vasta revisão bibliográfica, a análise de conteúdo, tendo em vista que essa seria o procedimento mais adequado para análise de reportagens, uma vez que a análise de conteúdo, segundo Chizzotti (2018), é um método para se obter informações através da coleta de dados, se aplicando a textos escritos, ou qualquer instrumento de comunicação, seja este oral, visual, etc. Ainda segundo o autor, essa tem como objetivo “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTTI, 2018, p. 98).

Foram analisadas reportagens sobre o caso da empregada doméstica Mirtes Renata de Souza e seu filho Miguel. Para a escolha do caso específico, levou-se em consideração a repercussão nacional, com manifestações de artistas e políticos que o caso teve nas mídias sociais. Dessa maneira, analisou-se as reportagens que cederam voz à mãe de Miguel, Mirtes Renata de Souza, visto que muitos são os argumentos que buscam amenizar a culpa da patroa Sarí, silenciando, mais uma vez, a mulher negra e pobre.

Em relação às escolhas das reportagens, foi levado em consideração a credibilidade e alcance da fonte do jornalismo profissional, considerando que vivemos uma forte onda de fake news, principalmente no que tange as redes sociais. Dessa maneira, foi feita uma busca no google com as palavras-chave: caso menino miguel; Mirtes Renata; em seguida foi feita a leitura de diversas reportagens e entre essas foram escolhidas seis, levando em consideração tudo que já foi mencionado acima.

Vale ressaltar que as análises foram baseadas na teoria da reprodução social onde para (ARRUZZA, 2010, p.55) reprodução social “designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado” e na teoria unitária, que ainda segundo Arruzza (2010) vai dizer que através de processos históricos a opressão de gênero e a opressão racial não são sistemas autônomos e sim partes que integram a sociedade capitalista.



Quadro 1. Reportagens analisadas

Rep 1	G1	"Da descoberta de uma nova doença até a pandemia: a evolução da Covid-19 registrada nos tuítes da OMS"
Rep 2	G1	'Ela deixou meu filho ir para a morte', diz mãe de menino que estava aos cuidados da patroa e morreu
Rep 3	Uol	"Fosse o contrário, não teria direito de fiança", diz mãe do menino Miguel."
Rep 4	Vermelho	A morte de Miguel e a invisibilidade das tantas Mirtes do Brasil.
Rep 5	BBC	Caso Miguel: morte de menino no Recife mostra 'como supremacia branca funciona no Brasil', diz historiadora.
Rep 6	Época	"Ele não escalaria duas muretas e cairia de lá sozinho" Diz mãe de menino Miguel
Rep 7	G1	Ele tá vivo, tá viajando. Nunca diga que ele morreu', diz pai de criança que morreu ao cair do 9º andar

## 6. O impacto ideológico e as implicações sociais da creche na vida de mães negras dependentes do Estado

Em 09 de janeiro de 2020 se datou a primeira informação recebida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), acerca de um número elevado de pessoas apresentando o mesmo tipo de sintomas, inicialmente informados como casos de pneumonia, na cidade de Wuhan, na China. De acordo com a Rep 1 (2020) Com a elevação da doença somente em março essa nova doença (COVID-19) foi reconhecido como uma pandemia, desde então, em mais de 144 países tem se dado buscas por estratégias de contenção do vírus e a emergência de políticas públicas, sociais e assistenciais para proteção dos mais vulneráveis, onde mulheres negras e pobres que já dependiam do Estado se encontram mais expostas aos riscos da pandemia.

As mulheres são maioria nos postos de trabalhos considerados essenciais na pandemia. Isso é explicado pelo fato da mulher ser historicamente responsabilizada pelo trabalho do cuidado considerado de habitus feminino, seja esse trabalho doméstico ou institucional, assim ela ocupa a linha de frente no cuidado das crianças, idosos e adoecidos (BRITO et al., 2020).

A história da empregada doméstica Mirtes Renata de Souza, retrata a realidade no Brasil, sobre sua elite e suas Mazelas. Mesmo o trabalho doméstico não sendo essencial na pandemia, Mirtes Renata não teve o direito de ficar em casa por não ter seu trabalho

garantido, assim, acabou contraindo o vírus do patrão e continuou trabalhando mesmo infectada. Além do risco de contaminação, sem a creche e sua mãe sendo do grupo de risco, Mirtes Renata não teve outra opção senão levar seu filho Miguel Otávio Santana da Silva de 5 anos para o trabalho. De acordo com a Rep 6 (2020), a patroa Sarí Corte Real, primeira dama de Tamandaré, além de continuar exigindo os trabalhos de Mirtes (lembrando que trabalho doméstico não é categorizado como essencial), no momento da negligência era atendida por uma manicure (trabalho também não essencial) mostrando mais uma vez a falta de sensibilidade às especificidades de raça e classe nas ações de enfrentamento a pandemia. A mãe do menino precisou passear com a cachorra dos patrões e deixou Miguel aos cuidados de Sarí. Ainda de acordo com a Rep 6 (2020), Sarí estava fazendo a unha no momento do ocorrido e entre a chegada da mãe e o momento em que o menino é colocado no elevador, onde a patroa aperta o botão da cobertura, se passaram 14 minutos. A negligência da patroa Sarí Corte Real com a vida do menino terminou em sua morte. O menino apertou vários botões do elevador, parando no nono andar do prédio e, minutos depois, caiu no térreo. Sarí pagou fiança no valor de 20 mil reais e foi indiciada por homicídio culposo (quando não há intenção de matar).

A seguir serão apresentados trechos de reportagens sobre o caso do menino Miguel que retratam a teoria da reprodução social e da teoria unitária vistas no trabalho.

"Ela [a patroa] disse que a gente não era obrigado a ir. A gente foi porque precisa trabalhar, precisa ganhar nosso salário para pagar as contas" (Rep 3).

"A família Corte Real se isolou na casa de praia que eles têm em Tamandaré em março e nos levou eu e "maíinha" para trabalhar lá. Não tinha com quem deixar o meu filho e acabei o levando. Uma manicure foi lá e passou o vírus para o marido de dona Sarí e para a filha deles de três anos. Depois eu, mainha e meu filho fomos contaminados. Mas todo mundo que pegou a doença na casa foi assintomático. Só descobrimos que havia sido infectados depois de fazer o exame, mas já estávamos curados" (Rep 6)

Dessa forma, apesar de muitas dessas mulheres conseguirem conciliar as demandas da carreira com a administração da família, adotando opções de trabalho mais flexíveis como o "home office" elas acabam repassando o trabalho doméstico e do cuidar a mulheres negras e pobres.

O trabalho desempenhado no âmbito público é chamado “produtivo” e envolve, em sua maioria, contratos de trabalho ou remuneração. O trabalho desenvolvido no espaço privado é realizado de modo gratuito ou por empregadas domésticas. Estas últimas, enfrentam condições de precarização e subalternidade no seu exercício profissional (OLIVEIRA, ONUMA, 2020, p.)

Assim, as empregadas domésticas (em sua maioria negras e pobres) mesmo em situação de pandemia e isolamento social, continuam a exercer seu trabalho fora de casa. Nesse contexto é possível observar o caráter ideológico das creches, como ferramenta de mercantilização do trabalho reprodutivo. Com a dependência do Estado, a falta das creches, direitos trabalhistas e sendo as menos protegidas pela medida de isolamento social, essas mulheres continuam sendo forçadas a trabalhar colocando sua saúde e de seus familiares em risco.

Nesse sentido, de acordo com dados da UOL (2020), de 71% das empregadas domésticas que trabalham sem carteira assinada, 3,9 milhões são negras e se encontram em vulnerabilidade econômica no contexto da pandemia. Dessa forma, ao analisarmos as questões de saúde que atingiram o país, como mostra (SOUZA, 2020) tanto a epidemia da poliomielite, o zika vírus, a varíola, os surtos de cólera quanto a mais recentemente pandemia do Covid-19 atingem principalmente a população negra, salientando as desigualdades históricas, estruturais e econômicas do país.

“Terça-feira, 2 de junho de 2020. O Brasil virtual atinge pico de postagens contra o racismo. Mirtes saiu cedo para pegar no batente. Ela é empregada doméstica, trabalha em um dos apartamentos do prédio Píer Maurício de Nassau, no bairro de São José, região central do Recife. As famosas “Torres Gêmeas”, ícone controverso do jeito de viver da elite pernambucana. Pela mão leva o filho Miguel, de cinco anos, através dos muitos quilômetros que separam a periferia do centro. Não há creche, estão fechadas por conta da pandemia da Covid-19 que há mais de três meses atinge o país” (Rep 4).

Um Estudo trazido pela NBER (National Bureau of Economic Research) instituição de pesquisas econômicas nos Estados Unidos apresenta alguns resultados de como a crise econômica causada pelo Covid-19 tem afetado especialmente as mulheres.

O fechamento das creches e escolas vem como um dos principais efeitos da crise atual. De acordo com o estudo do NBER(2020) , mais de 1,5 bilhão de crianças estão sem

acesso a escolas e creches, o que trás a necessidade do trabalho do cuidar. Com a medida do isolamento social, além das creches e escolas fechadas, a mulher também não pode recorrer a vizinhos, os avós ocupam o grupo de risco e muitas dessas mulheres fazem parte de família monoparental. Assim, nas palavras de Federici (2019, p.70) “as creches e os berçários nunca nos proporcionaram tempo disponível para nós mesmas, mas, sim, para trabalho adicional”.

"Ela confiava os filhos dela a mim e a minha mãe. No momento em que confiei meu filho a ela, infelizmente ela não teve paciência para cuidar, para tirar [do elevador]. Eu sei, eu não nego para ninguém: meu filho era uma criança um pouco teimosa, queria ser dono de si e tudo mais. Mas assim, é criança. Era criança", disse a mãe, à emissora (Rep 3).

Nesse contexto, o sistema patriarcal usa da imagem da matriarca negra para impor uma opressão racial. Angela Davis (2016) apresenta o símbolo da mulher negra matriarcal através de uma análise histórica da situação da mulher negra na escravidão. Um primeiro ponto é a forma como a mulher negra escrava era vista como desprovidas de gênero, tanto igualmente aos homens, as mulheres eram vistas apenas como unidades de trabalho. Dessa forma, pensando nos escravos como propriedade e unidade lucrativa é que a classe proprietária através do método de reprodução, forçam as escravas a terem quantos filhos fossem possíveis, visando a ampliação da força de trabalho, o que reforça que a maternidade não se estendia às escravas.

“Se fosse eu, meu rosto estaria estampado, como já vi vários casos na televisão. Meu nome estaria estampado e meu rosto estaria em todas as mídias. Mas o dela não pode estar na mídia, não pode ser divulgado", disse Mirtes Renata Souza, à TV Globo” (Rep 3)

“Miguel tinha sido deixado pela mãe no apartamento sob os cuidados da patroa, que tinha dito para a doméstica descer do edificio para passear com o cachorro. No apartamento, estava também a manicure da patroa. A primeira-dama de Tamandaré foi presa em flagrante por homicídio culposo,mas pagou R\$ 20 mil de fiança e foi liberada” (Rep 2).

Assim, fica claro como o contexto injusto de exploração, privação de direito e objetificação, afeta as mulheres negras até os dias de hoje. No que tange às mães negras solo (COLLINS, 2019) traz o termo da “mãe dependente do Estado” que são majoritariamente

mulheres negras matriarcais, que por opressão do sistema capitalista patriarcal são estigmatizada. Isso se dá pela imagem da matriarca ser pregada como o que deu errado se os sistema patriarcal não for seguido (são abandonadas, seus filhos homens tem problemas com a lei, seus trabalhos são os vistos como “maus trabalhos”).

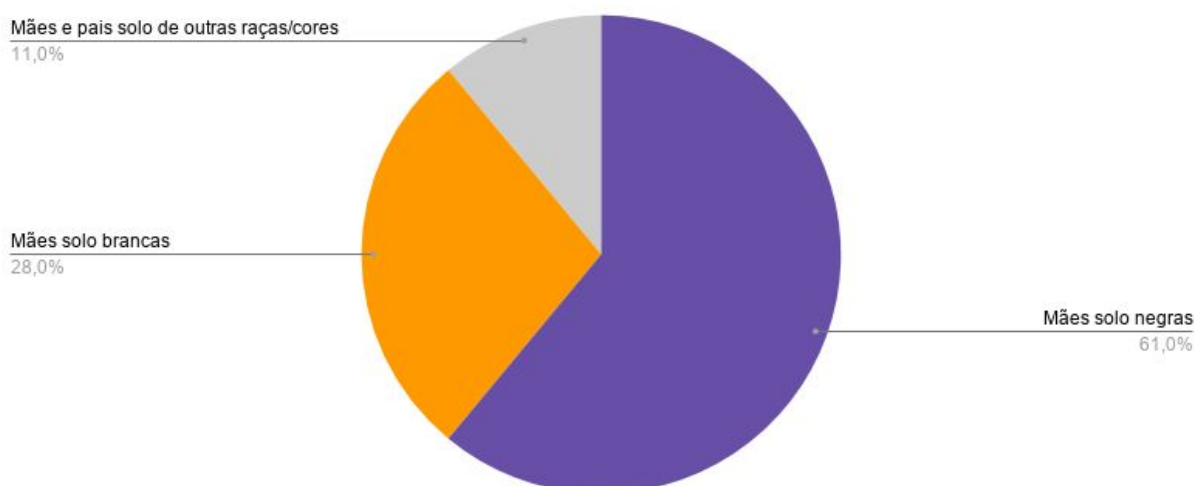
“A mãe e o pai de Miguel estão separados há três anos e, por isso, o menino seguia a cada 15 dias para o sítio em que o pai vive, no interior de Pernambuco” (Rep 7).

Um segundo ponto se trata do desencorajamento de homens negros de constituir uma família, pois, nas palavras de Davis (2016, p.20) “uma vez que maridos e esposas, pais e filhas eram igualmente submetidos a autoridade de seus feitores, o fortalecimento da supremacia masculina entre a população escrava poderia levar a uma perigosa ruptura na cadeia de comando”. É nesse contexto que nasce a matriarca da família negra, além do abandono por parte do marido, muitas dessas mulheres ainda sofriam com as violências sexuais, estupros, sendo forçadas a terem seus filhos sozinhas, sem o registro do pai, Davis afirma que esse não reconhecimento da paternidade por parte dos senhores e o considerado laço frágil entre a mulher negra e seu parceiro acabam por fortalecer diretamente a chamada família matriarcal. Vistas como desviante do modelo tradicional de família, Collins (2019) traz a definição de família tradicional defendida pelos grupos dominantes: eram as famílias heterossexuais, da raça branca, laço sanguíneo e encabeçadas por um homem. A definição de família “normal”, acaba por obscurecer ainda mais a situação da mulher negra.

No Brasil segundo o IBGE (2018), grande parte dos lares são formado por famílias monoparentais e 63% das famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza, são chefiadas por mulheres negras.

Gráfico 4:

## Arranjos monoparentais com filhos de até 14 anos



Fonte: IBGE, 2018. Elaboração: Própria.

“Na semana em que protestos motivados pela morte de um homem negro, George Floyd, por um policial branco nos Estados Unidos se espalharam também pelas redes sociais brasileiras, o filho negro de uma empregada doméstica, Miguel Otávio, morreu ao cair de um prédio de luxo no Recife, enquanto estava aos cuidados da patroa, branca” (Reportagem 4)

Assim, os dados da pesquisa sugerem a necessidade de um olhar para as ações governamentais com o recorte de classe, raça e gênero, uma vez que nem todas as pessoas vão passar por crises, como a da pandemia causada pelo Coronavírus, com condições igualitárias. De acordo com Brito et al. (2020), os desafios da crise vão além do recorte de gênero, atingindo outros marcadores sociais, como raça, moradia, região, deficiência, sexismo, classe, etc. Sem a sensibilidade do Estado em relação aos impactos que esses marcadores sociais causam na pandemia, continuaremos marcados pelas desigualdades sociais e discriminações históricas e estruturais. Nesse sentido a teoria unitária trazida por Arruzza (2015) torna-se necessária, uma vez que processos históricos como a opressão de gênero e a opressão racial não são sistemas autônomos e sim partes que integram a sociedade capitalista.

## 7. Considerações Finais

Tendo em vista os aspectos levantados neste trabalho, pode-se afirmar que há um paradoxo fundamental nas políticas para a primeira infância. Apesar das políticas sociais do

Estado, como são as creches, serem essenciais para a vida de todas as mulheres, elas também são ferramentas de reprodução social do Estado. Como foi apresentado, essas são estratégias do capitalismo para manter as mulheres negras e pobres como principal fonte de mão-de-obra barata, fazendo, portanto, com que mulheres em situação de vulnerabilidade deixem seus filhos nas creches para, assim, empurrá-las a um trabalho desvalorizado e mal remunerado.

Pensar nos impactos que o cuidado tem é mais profundo do que a formulação de políticas públicas. Esse deve ser compreendido como uma prática de reprodução social ancorada no sistema capitalista, que continua a trazer emancipação econômica somente as mulheres brancas e da elite, que não estão nada preocupadas com as mulheres negras e pobres que continuam responsáveis pelo trabalho reprodutivo doméstico e de cuidado, mostrando a confusão entre emancipação e ascensão econômica (RIBEIRO, 2018).

As mulheres negras são a afirmação de que as políticas para a primeira infância não trazem a transformação das relações sociais de gênero, classe e raça e sim a contínua reprodução da universalidade de mulher produzidas pelo movimento feminista liberal, onde não se tem a inclusão de pautas e singularidades das mulheres negras como se essas não implicasse nenhuma heterogeneidade na constituição dessas políticas.

Através da análise de conteúdo dos trechos das entrevistas, é possível identificar como a exploração, privação de direito, objetificação e falta de responsabilização estatal afeta as mulheres negras até os dias de hoje, principalmente em tempos de pandemia, uma vez que essas são historicamente grupos fragilizados e, assim, os mais afetados pela crise.

Em suma, fica evidente na teoria unitária de Arruza (2010) que as opressões de raça, classe e sexo não são sistemas autônomos e sim partes que integram a sociedade capitalista, mostrando que as críticas ao sistema imperante não podem se limitar apenas a variável de exploração. Assim, há uma limitação bibliográfica que atijam a avançar em pesquisas futuras, que busquem compreender, sob a perspectiva da reprodução social, o papel da creche na vida das mulheres que necessitam dessa política. Ressalta-se ainda a frase de Djamila Ribeiro (2018, p.129) “A mentalidade não mudou, os mecanismos de opressão somente se atualizaram”.

## **8. Referências**

ARCOVERDE, L; LEITE, I. Investimento do governo federal em creches e pré escolas é o mais baixo em 10 anos. Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/02/13/investimento-do-governo-federal-em-creches-e-pre-escolas-e-o-mais-baixo-em-10-anos.ghtml>. Acesso em: 08 de ago de 2020.

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, 23, 33-58, 2015.

BACCHETTA, P . **Descolonizando o feminismo: interseccionalidade, assembléias, co-treinamento, coproduções**, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 12 de mai de 2019.

BRASIL. **II Plano Nacional de Políticas para Mulheres**, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional\\_politicamulheres.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf)>. Acesso em: 20 de mai de 2019.

BRITO, Luciana et al. Impactos Sociais da Covid-19: **uma perspectiva sensível às desigualdades de gênero. 2020.**

CARNEIRO, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, 17(49), 117-133.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. **Cortez editora**, 2018.

COLLINS, P. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

COLLINS, P. **Pensamento Feminista Negro**. 1 ed. São Paulo: Editora: Boitempo, 2019.

COSTA, C. Caso Miguel: morte de menino no Recife mostra 'como supremacia branca funciona no Brasil', diz historiadora. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52932110>. Acesso em: 23 de set de 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, C. Feminismo e literatura no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo , v. 17, n. 49, p. 151-172, Dec. 2003.

Época. “Ele não escalaria duas muretas e cairia de lá sozinho” Diz mãe de menino Miguel  
.Disponível em :



<https://epoca.globo.com/sociedade/ele-nao-escalaria-duas-muretas-cairia-de-la-sozinho-diz-mae-de-menino-miguel-24476878>. Acesso em: 23 de set de 2020.

FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. **Editora Elefante**, 2019.

G1. Caso Miguel: 'Ela deixou meu filho ir para a morte', diz mãe de menino que estava aos cuidados da patroa e morreu. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/ela-deixou-meu-filho-em-perigo-diz-mae-de-menino-que-estava-aos-cuidados-da-patroa-e-morreu.ghtml>. Acesso em: 12 de set de 2020.

GUIMARÃES, N.; HIRATA, H.; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. **Sociologia & antropologia**, v. 1, n. 1, 2011.

GUIMARÃES, N. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, 2002.

HIRATA, H; KERGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, 1994.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, n. 1, 2014.

IBGE. Tabela 2.19 - Proporção de pessoas residindo em domicílios com ocorrência de inadequações nas condições de moradia, com indicação do coeficiente de variação, segundo algumas características - 2018. Disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1696JxrcPgwbySZhWdxstDv0vDPe9Qy0ZSRYue59ARL0/edit#gid=1857522784>. Acesso em: 16 de jul. 2020.

IPEA. Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29526](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526). Acesso em: 19 abr. 2020.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, 2010.

M. ALON, T; DOEPKE, M; RUMSEY, J; TERTILT, M. The Impact of COVID-19 on Gender Equality. **National Bureau of Economic Research**. 2020

MARCONDES, M.; CRUZ, M.; RODRIGUES, P. Olhares de gênero sobre a Política de Creches no Brasil: Mudanças e permanências das práticas sociais de cuidado, 2015. Disponível em: <<http://soscorpo.org/wp-content/uploads/Olhares-de-g%C3%AAnero-sobre-a-Pol%C3%ADtica-de-Creches-no-Brasil-Mudan%C3%A7as-e-perman%C3%Aancias-das-pr%C3%AAticas-sociais-de-cuidado.pdf>>. Acesso em: 22 de mai de 2019.

MARCONDES, M. A corresponsabilização do Estado pelo cuidado: uma análise sobre a Política de Creches do PAC-2 na perspectiva da divisão sexual do trabalho. **Dissertação (Mestrado em Política Social), Universidade de Brasília**, 2013.

MOREIRA, N. R. O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo, 2007.

NOGUEIRA, C. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**, v. 3, n. 2, 2010.

OLIVEIRA, A; ONUMA, F. O “Paradoxo da Pandemia” no registro de casos de Violência Doméstica contra Mulheres nas quatro cidades mais populosas do Sul de Minas Gerais, 2020.

PAIVA, D. Da descoberta de uma nova doença até a pandemia: a evolução da Covid-19 registrada nos tuítes da OMS. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/03/da-descoberta-de-uma-nova-doenca-ate-a-pandemia-a-evolucao-da-covid-19-registrada-nos-tuites-da-oms.ghtml>. Acesso em: 04 de jul de 2020.

PARNAIBA, L. Políticas públicas para mulheres: uma análise do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) na Amazônia. 2018.

PELICIONI, M.; CANDEIAS, N. A Creche e as Mulheres Trabalhadoras no Brasil. **Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum**, São Paulo, v.7, n.1, 1997.

RIBEIRO, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Revista internacional de direitos humanos**, 13(24), 99-104, 2016.

RIBEIRO, D. Quem tem medo do feminismo negro?: 1.ed: São Paulo: Companhia das letras, 2018.

ROCHA, S. Caso Miguel: 'Ele tá vivo, tá viajando. Nunca diga que ele morreu', diz pai de criança que morreu ao cair do 9º andar. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/07/caso-miguel-ele-ta-vivo-ta-viajando-nunca-diga-que-ele-morreu-diz-pai-de-crianca-que-morreu-ao-cair-do-9o-andar.ghtml>.

Acesso em: 23 de set de 2020.

ROSEMBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche.

**Anais** Cadernos de Pesquisa, v.51, 1984.

SAKAMOTO, L. Da violência doméstica ao desemprego, coronavírus é mais cruel com mulheres. Disponível em :

<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/04/18/violencia-domestica-desemprego-a-covid-19-e-mais-violenta-contramulheres.htm>. Acesso em : 04 de jul de 2020.

SANTOS, A.C. A morte de Miguel e a invisibilidade das tantas Mirtes do Brasil. Disponível em:

<https://vermelho.org.br/2020/06/04/a-morte-de-miguel-e-a-invisibilidade-das-tantas-mirtes-do-brasil/>. Acesso em: 21 de set de 2020.

SOUZA, J. W. C. A cor da Covid-19, 2020.

UOL. “Fosse o contrário, não teria direito de fiança”, diz mãe do menino Miguel. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/06/04/ela-devia-ter-tido-mais-paciencia-diz-mae-do-menino-que-caiu-de-predio.htm>. Acesso em: 21 de set de 2020.